

DOMINGOS POUBEL DE CASTRO

Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público

**7ª
edição**



atlas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	7
Introdução	7
1 Estado	8
2 Sociedade	12
3 Governo	15
4 Administração Pública.....	15
4.1 Estrutura da administração indireta.....	16
4.2 Princípios constitucionais da Administração Pública.....	18
5 Entidades do Terceiro Setor e agências executivas.....	20
2 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO	21
Introdução	21
1 A Constituição de 1988 e os Planos Plurianuais (PPA)	22
2 Função e evolução do orçamento	28
3 Princípios orçamentários	31
4 Estrutura e estágios do orçamento	32
5 Estrutura e classificação da despesa orçamentária.....	37
6 Estrutura e classificação da Receita Orçamentária.....	48
7 Impacto da LRF na execução do orçamento	54
8 Restos a pagar.....	62

9	Orçamento por competência	67
9.1	Visão internacional	67
9.2	Particularidades do regime orçamentário em alguns países	68
9.3	Orçamento por competência – experiências da Suíça e do Reino Unido.....	71
9.4	Orçamento por competência – experiência brasileira.....	72
3	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.....	81
	Introdução.....	81
1	Visão objetiva e evolução da Contabilidade	83
1.1	Conhecendo a história de quem fez a história	85
1.2	Conhecendo a história pelos historiadores	89
2	A convergência internacional e o impacto na Contabilidade Pública	91
2.1	Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público	93
2.2	Resumo das IPSAS (<i>International Public Sector Accounting Standards</i>).....	95
2.3	A Contabilidade Pública no Brasil – do Código de Contabilidade às NBCASP	119
3	O que mudou na Contabilidade Pública com as NBCASP.....	128
3.1	Inovações da NBC T 16.6	136
3.2	Inovações da NBC T 16.7	140
3.3	Inovações da NBC T 16.8	142
3.4	Inovações da NBC T 16.9	145
3.5	Inovações da NBC T 16.10	149
3.6	Inovações na NBC T 16.11	156
4	Estrutura Conceitual das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP EC).....	160
5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64.....	177
5.1	Anexo 12 – Balanço Orçamentário.....	179
5.2	Anexo 13 – Balanço Financeiro.....	184
5.3	Anexo 14 – Balanço Patrimonial.....	188
5.4	Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	195
5.5	Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	198
5.6	Anexo 19 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.....	204
5.7	Anexo 20 – Demonstração do Resultado Econômico.....	206
5.8	Notas explicativas às demonstrações contábeis	206
5.9	Balanced Scorecard (BSC)	210
6	Informações exigidas pela LRF.....	218
6.1	Receita Corrente Líquida	221
6.2	Resultado Primário	223
6.3	Resultado Nominal	225
7	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	227
7.1	Conceitos e características do Plano de Contas	229
7.2	Estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	231

7.3	Conceitos das classes de contas	236
7.4	Conceitos dos grupos do Plano de Contas	238
8	Registros contábeis no Setor Público	241
8.1	Tabela de Lançamentos Contábeis Padronizados	243
8.2	Dígrafograma Contábil do Plano de Contas Único	246
9	Exercícios de Lançamentos Contábeis e Elaboração de Balanços	250
4	CONTROLES PÚBLICOS	251
1	Conceitos de controle	251
2	Controle governamental	256
3	Controle externo	259
3.1	Controle entre poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário)	259
3.2	Controle de contas (pelos Tribunais de Contas)	263
3.3	Controle social (pela população)	265
3.4	Controle pelos Conselhos Fiscais (CF)	267
5	CONTROLES INTERNOS	273
	Introdução	273
1	Controle como princípio de administração	274
2	Controle como processo administrativo	276
3	Controle interno	278
4	Controles administrativos	280
5	Princípios de controle interno	281
6	Finalidades do controle interno	282
7	Foco, tipos e técnicas de controle interno	285
8	Princípios de controle interno na visão do sistema de controle interno	286
9	Princípios de controle interno na visão do sistema bancário	287
10	Controle interno nos Municípios	289
6	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	297
	Introdução	297
	1914 – Na origem, o controle interno era contábil	299
	1921 – Primeira estrutura da Contabilidade Pública	299
	1922 – Aprovado o Código de Contabilidade Pública	299
	1946 – Tribunal de Contas adota controle prévio para o Poder Executivo	300
	1964 – Poder Executivo reassume o controle interno administrativo	301
	1967 – Alterações constitucionais, legais, organizacionais e de foco	301
	1969 – Programação financeira é segregada do controle interno	306
	1972 – Criação do Sistema de Planejamento	307
	1979 – Criação do controle das estatais	308
	1985 – Controle interno retorna ao Ministério da Fazenda	310
	1986 – Controle com foco nas finanças (criação da STN)	311

1988 – Constituição Federal (CF) muda o foco do controle interno	315
1992 – Impacto das CPI nos controles interno e externo	316
1993 – Controle das licitações	319
1994 – Criação da Secretaria Federal de Controle (SFC)	322
1995 a 1999 – Adaptações do SCI ao foco constitucional	322
1998 – Controle com foco em resultado.....	326
2000 – A crise no governo provoca enxugamento do controle interno	327
2001 – Novo modelo do SCI é transformado em lei	328
2002 – Controle Interno é transferido para a Presidência da República.....	331
2003 – Criada a Controladoria-Geral da União (CGU)	333
 7 AUDITORIA INTERNA	 335
1 Conceitos de auditoria.....	335
1.1 Conceitos de auditoria na perspectiva do CFC	338
1.2 Conceitos de auditoria na perspectiva do SCI.....	338
2 Auditoria no Sistema de Controle Interno (SCI).....	338
3 Finalidade da auditoria no SCI	339
4 Classificação das auditorias no SCI	340
5 Formas de execução das auditorias no SCI.....	340
6 Procedimentos e técnicas de auditoria no SCI.....	341
7 Procedimentos da auditoria na perspectiva do CFC.....	342
8 Planejamento em auditoria	343
8.1 Noções gerais de planejamento	343
8.2 Planejamento da auditoria na perspectiva do CFC.....	345
8.3 Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna	346
8.4 Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna	346
9 Fiscalização – na perspectiva do Sistema de Controle Interno (SCI)	348
9.1 Conceito de fiscalização	348
9.2 Finalidade e formas de execução da fiscalização	348
9.3 Procedimentos e técnicas de fiscalização	349
10 Governança Corporativa, controles internos e auditoria baseada em risco	349
10.1 Governança Corporativa.....	350
10.2 Diferenças no foco dos Controles Internos no COSO I e COSO II	354
10.2.1 COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras (COSO I).....	354
10.2.2 Comparação dos elementos do COSO I para o COSO II.....	356
10.3 Risco corporativo	361
10.4 Auditoria Baseada em Risco (ABR).....	364
10.5 Auditoria de <i>Compliance</i>	370
11 Regras de conduta e de atuação do auditor.....	371
11.1 Regras de conduta.....	371
11.2 Regras para se relacionar com o auditado	372

11.3	Regras para execução dos trabalhos.....	376
11.3.1	Regras da evidência.....	377
11.3.2	Regras da amostragem.....	381
11.3.3	Regras para segurança nos controles administrativos.....	388
11.4	Regras para organização dos Papéis de Trabalho.....	389
11.5	Regras para reunião de encerramento.....	391
11.6	Regras para relatar ou certificar.....	391
11.6.1	Eventos subsequentes.....	392
11.6.2	Relatório na perspectiva do Sistema de Controle Interno.....	393
11.6.3	Relatório na perspectiva do CFC.....	395
11.7	Atitudes do auditor.....	395
12	Desvendando o “auditado” pela linguagem corporal.....	396
12.1	Desvendando o pensamento do auditado.....	398
12.2	Desvendando o auditado pelo sorriso.....	399
12.3	Desvendando as mentiras do auditado.....	401
12.4	Desvendando o auditado pela voz.....	403
13	Fatores de sucesso (ou de fracasso) na auditoria.....	405
14	Ética do auditor e do auditado.....	409
8	TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS.....	417
1	Regras constitucionais da prestação de contas.....	417
2	Tomadas e prestações de contas anuais.....	419
3	Tomadas de Contas Especiais.....	428
4	<i>Accountability</i>	431
5	Prestação de contas da LRF.....	436
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	445
	ÍNDICE REMISSIVO.....	449